

AS PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES NO COTIDIANO DA PROFISSÃO DOCENTE NA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NA PROVÍNCIA SERGIPANA NA DÉCADA DE 1870

Simone Silveira Amorim (Universidade Tiradentes) - amorim_simone@hotmail.com

Laryssa Hilário dos Santos (Universidade Tiradentes) - laryssahilario23@gmail.com

Alinne Sá Matos (Universidade Tiradentes) - alinnesamatos@gmail.com

RESUMO:

Esse artigo propõe demonstrar como os professores primários exerciam a prática da profissão docente, criando a representação profissional necessária ao seu exercício, na década de 70 do século XIX. Sob a matriz historiográfica da História Cultural, tem-se como perspectiva o cotidiano da profissão docente, analisando as representações e práticas dos agentes envolvidos nesse processo. As categorias de Chartier (2002) e de Bourdieu (1990) serão tomadas para compreender como se institucionalizou a profissão docente em suas representações no âmbito do ensino primário, na província sergipana, além de verificar de que forma se constituiu o seu habitus profissional. As fontes utilizadas foram ofícios enviados pelo poder público através de seus representantes, bem como jornais do período.

Palavras-chave: Instrução primária. Profissão docente. História da educação.

PRACTICES AND REPRESENTATIONS IN THE DAILY IN TEACHING PROFESSION IN PRIMARY EDUCATION IN THE PROVINCE OF SERGIPE IN 1870 DECADE

ABSTRACT:

This research proposes to demonstrate how primary teachers put into practice the teaching profession, creating the necessary professional representation to become a teacher in the 1870s. Under the theoretical basis of The Cultural History, this research has as its perspective the daily life of the teaching profession, analyzing the representations and practices of the agents involved in this process. The analytical categories of Chartier (2002) and Bourdieu (1990) will be taken in this research in order to help understand how the teaching profession was institutionalized in its representations in the context of primary education, in the province of Sergipe, and verify how their professional habitus was constituted. The sources used were official letters sent by the government through its representatives, as well as newspapers of that time.

Key-words: Primary education. Teachers. History of education.

DOI: 10.28998/2175-6600.2016v8n15p108

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo demonstrar como os professores primários exerciam a prática da profissão docente, criando a representação profissional necessária ao seu exercício, na década de 1870, tendo como fontes os ofícios expedidos.

A escolha da periodização se deu por ter sido um período de intensa movimentação educacional, pois no ano anterior, 1870, Manuel Luís Azevedo D'Araújo – Diretor Geral da Instrução Pública - elaborou um novo regimento, organizando o ensino público na província sergipana. Uma das ações foi a criação de um estabelecimento público de línguas e ciências preparatórias: o Atheneu Sergipense. Este se compunha de dois cursos diferentes: o de Humanidades e o Normal. Este, receberia apenas estudantes do sexo masculino e seria responsável por formar professores para o ensino primário.

Assim, no acervo do Arquivo Público de Sergipe (APS), foram encontrados vários ofícios e correspondências, datadas de 1871, cujas temáticas eram bem diversas como processos contra professores que eram alcoólatras, remoção de cadeiras públicas, licença para assuntos de saúde etc. Alguns versavam a respeito dos pedidos dos professores, relativos aos vencimentos dos meses que foram trabalhados e que não foram pagos pelo poder público no período correto.

Observa-se que os professores mencionavam, através de tais correspondências, a preocupação em manter suas aulas, já que a falta de mobília, materiais escolares e até mesmo a falta de atenção dos pais para com a instrução dos filhos estavam afetando a prática docente.

Várias mudanças estavam acontecendo relativas à prática da profissão, já que, nas aulas de primeiras letras, havia um processo de implantação de um novo método de ensino já que o ensino *lancasteriano*¹ estava sendo descaracterizado pois não formava a moral do indivíduo. Assim, o ensino

¹ O método Lancaster, também conhecido como Ensino Mútuo ou Monitorial, teve como objetivo ensinar um maior número de alunos, usando pouco recurso, em pouco tempo e com qualidade (VALDEMARIN, 1998).



simultâneo² teve vigência em Sergipe até a década de 1875, quando os administradores provinciais se apropriaram das ideias de Pestalozzi e Basedaw passando a descaracterizá-lo e indicar outro: o método de coisas que consistia no desenvolvimento da inteligência por meio do raciocínio, da abstração e reflexão e educando a criança tanto nos aspectos morais, quanto sociais (SIQUEIRA, 2006).

A década de 1870 trouxe consigo uma tendência na ampliação curricular para as escolas normais. Desde o início desse período as reformas expressavam transformações significativas na área educacional devido à circulação de informações através de periódicos estrangeiros e nacionais. Nesse período o método intuitivo e as lições de coisas passaram a ser divulgados através de conferências, livros, artigos em periódicos e exposições pedagógicas (AMORIM, 2013, p. 109).

Também foram encontrados registros de ofícios em que os professores solicitavam licenças para estudar na Escola Normal, pois queriam dar continuidade à sua formação, além de ser uma oportunidade que o Estado estava dando para qualificar melhor seus professores, com o intuito de aperfeiçoar o tempo gasto com a instrução e formá-los de maneira mais rápida.

O fato é que os professores, na medida em que o Estado assumiu a responsabilidade pela organização da instrução, foram levados a exercer sua função como sendo a principal ocupação, ou seja, eles precisariam não somente se dedicar, mas também se preparar para exercê-la. Assim, o Estado foi obrigado a provê-los com o suporte legal através da legislação, do provimento de objetos escolares, pagamento de aluguel das casas onde as aulas eram ministradas, bem como através da criação e manutenção de Escolas Normais.

Portanto, a partir do momento em que o poder público iniciou o processo de tomada de responsabilidade tanto da instrução quanto da educação, intensificam-se os debates a respeito do Governo da Casa³ e do Estado.

² Neste método, era preciso ter de 30 a 100 alunos que eram divididos em grupos ou classes que eram organizadas de acordo com as disciplinas a serem ministradas como Rudimentos da leitura, escrita, aritmética, doutrina cristã e, no caso das meninas, prendas domésticas. Os melhores alunos ficariam responsáveis por ministrar esses conhecimentos aos que estivessem em um determinado grupo (SIQUEIRA, 2006).

³ O termo Casa foi grafado com inicial em maiúscula no sentido de identificar o local onde acontecia o processo de instrução de forma sistemática. Sendo que a “[...] a educação na Casa

Aquela não pretendia abrir mão do seu papel, baseado na convenção social existente, pois a Casa, até então, era responsável por ambas, não intencionando permitir que essa função fosse totalmente transferida para a escola emergente sob a égide do Estado (VASCONCELOS, 2003).

É nesse contexto que se pode, assim, citar o Regulamento da Instrução Pública de 24 de outubro de 1870 que instaurou do curso Normal e de Humanidades. Estes ocorriam no Atheneu Sergipense. Tais cursos, inicialmente, eram direcionados ao público masculino, porém a procura pelo magistério não foi a esperada pelo Estado. Por isso, no ano de 1877, o Diretor da instrução pública da época, Manoel Luís, criou a Escola Normal Feminina.

Observa-se, então, o crescimento da presença feminina no magistério, pois que a profissão docente foi paulatinamente sendo constituída, em sua maioria, por mulheres, principalmente pelo fato de a mulher já ser “capacitada” para o cargo, pois teria uma maior aptidão para exercer a função docente do que o homem. E isso se dava pelo fato de que a mulher seria aquela que educava seus filhos, já que o homem era o que dava sustento à sua família.

Valença (2005) discorre sobre o assunto informando que, quando formados, os professores eram orientados a instruir e/ou moldar as crianças de modo que elas pudessem se tornar homens úteis a si, aos seus familiares e à pátria. Em outras palavras, a educação servia para civilizá-los.

É significativo mencionar que esse estudo se insere na matriz historiográfica da História Cultural. Quanto aos estudos relacionados ao comportamento humano como centro privilegiado do conhecimento histórico, Burke (2005) menciona a emergência dos aspectos culturais. Dessa maneira, esquemas teóricos generalizantes foram abandonados, passando a existir uma valorização de grupos particulares, como o dos professores primários do século XIX.

Portanto, a importância da História Cultural sobre os estudos de História da Educação no Brasil se insere nesse contexto e toma forma através da “[...] incorporação e redefinição de problemas, temas e objetos de estudos, como

pode ser caracterizada como prática largamente aceita e utilizada no período estudado. Ela se realizava de diferentes maneiras, conforme as circunstâncias contextuais de posses, conveniências e oportunidades existentes de seus usuários e agentes” (VASCONCELOS, 2003, p. 11).

que relegados aos historiadores da educação” (NUNES; CARVALHO, 1993, p. 37).

É nesse sentido que se tem como perspectiva a importância do cotidiano da profissão docente, analisando as representações e práticas dos agentes envolvidos nesse processo. As categorias analíticas de Chartier (2002) e de Bourdieu (1990) foram tomadas nessa pesquisa, no sentido de ajudar a compreender como se institucionalizou a profissão docente em suas representações,⁴ no âmbito do ensino primário em Sergipe, além de verificar de que forma se constituiu o seu *habitus* profissional como sendo “[...] um corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo” (BOURDIEU, 1996, p. 144).

Assim, será feita uma descrição de como ocorria o cotidiano do professor primário do século XIX através de ofícios expedidos e informação veiculada no Jornal do Aracaju (1871), mais especificamente no ano seguinte à aprovação do Regulamento da Instrução Pública de 24 de outubro de 1870 que reorganizou a instrução pública na província sergipana. Também será descrito o processo de profissionalização docente institucionalizado através da criação da Escola Normal na Província Sergipana nos anos 70 do século XIX.

2 OS PROFESSORES PRIMÁRIOS EM SEU COTIDIANO ATRAVÉS DE OFÍCIOS EXPEDIDOS PELO PODER PÚBLICO

Primeiramente, cabe aqui a demonstração da importância da participação da criança no que se refere à educação elementar, pois esta aparece como peça fundamental para a construção e desenvolvimento do ensino primário e, conseqüentemente, da profissão docente.

⁴É do crédito concedido (ou recusado) à imagem que uma comunidade produz de si mesma, portanto de seu “ser percebido”, que depende a afirmação (ou a negação) de seu ser social. O porquê da importância da noção de *representação*, que permite articular três registros de realidade: por um lado, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; por outro, as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ver reconhecida; enfim, a delegação a representantes (indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade da identidade assim afirmada. (CHARTIER, 2002, p. 10-11).

No século XIX, criança, por definição, era o que se chamava “crias” da casa, de responsabilidade (nem sempre assumida inteira ou parcialmente) da família consanguínea ou da vizinhança. O abandono de crianças e o infanticídio foram práticas encontradas entre índios, brancos e negros em determinadas circunstâncias, distante da questão da concentração devastadora nas cidades, da perversa distribuição de bens e serviços entre as camadas sociais e das fronteiras que entre elas se estabeleceram (FREITAS; KUHLMANN JR 2003, p. 20).

Ou seja, o professor e a escola surgem como partes significativas da organização social e estavam na sociedade para manter as crianças longe da marginalização a que estavam sujeitas, a partir do momento em que foram deixadas na rua. Isso trouxe, para o professor, uma responsabilidade social que ia além de suas obrigações dentro da sala de aula, inclusive, alguns aspectos como limpeza e averiguação da higiene do aluno antes de entrar na sala eram feitas, já que a participação dos pais, por vezes, não era incentivadora quanto a esses aspectos.

Nesse sentido, o período Imperial pode ser visto como uma época de criação de projetos políticos a fim de que fosse dada uma identidade à nação brasileira e esse objetivo seria alcançado através da formulação de um ideário de progresso para disseminar o conhecimento, instruindo o povo e, conseqüentemente, afastando-o da barbárie (NASCIMENTO, 1999). Segundo Nunes, o ensino primário gratuito

Tinha como finalidade formar operários e contramestres, ministrando-se aos mesmos que pretendessem aprender um ofício, havendo para isso até o número de cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico que fossem mais convenientes e necessários ao Estado em que funcionasse a Escola. Exigia-se a idade mínima de 10 anos e máxima de 13 anos para o ingresso, sendo preferidos os desfavorecidos da fortuna. Traziam, assim, uma marca assistencial, daí porque, por muito tempo, foram procuradas pelas camadas mais pobres da sociedade e olhadas com preconceito pela classe média, que buscava, na educação, status social (NUNES, 1984, p. 208).

A partir disto, atentamos para o fato de que, chegando a esse nível de processo de escolarização na província sergipana, foi estabelecido um novo padrão de aluno e professor. Era esperado que o aluno agisse de modo

centrado e que permanecesse totalmente voltado àquilo que lhe era apresentado.

Tendo em vista os deveres dos professores, outros lhes foram atribuídos como moralidade, saúde e capacidade técnica para exercer o cargo de professor. No que diz respeito aos dois primeiros, só estariam aptos aqueles que professassem aquilo que o Estado pregava e que tivessem uma conduta moral impecável. Além disso, aqueles que não estivessem em perfeito estado de saúde mental e física seriam totalmente dispensados.

As práticas cotidianas da sociedade poderiam ser dominadas através do controle das ações dos professores, pois se tratava de uma peça chave para a organização social almejada no século XIX. Alcançando tal objetivo, seriam praticadas ações que incluíam um projeto civilizatório com o foco no *habitus* professoral que identificaria o perfil do professor primário a ser seguido.

Partindo desse pressuposto, é visível que o docente era uma peça chave dentro do processo de desenvolvimento da nação e lhe cabiam diversas atividades, além de ensinar/educar, tornando, assim, a sua profissão voltada diretamente ao seu cotidiano, criando uma representação do que era necessário para ser chamado de professor no século XIX, como pode ser observado no ofício a seguir (Quadro 1):

Quadro 1: ofício enviado pelo Vigário José Luís d'Asevedo

Nº 101

Ilmo. Exmo. Sen^{or}

Communico a V. Ex.cia para seu conhecimento e fins convenientes, que D. Silvana Flora Dos Santos Pinho nomeada substituta a cadeira de 1^{as} letras de 4^a classe do sexo feminino do povoado do Espírito Santo, entrou no exercício d'aquella cadeira no dia 1^o do corrente.

Directoria da instrucção Pública de Sergipe em 11 de março de 1871.

Ilm^o e Exmo Sen^o Dr. Francisco José Cardoso Junior

D. Presidente d'esta província.

Vigário José Luís d'Asevedo

Fonte: Ofício enviado pelo Vigário José Luís d'Asevedo ao Presidente da Província de Sergipe Francisco José Cardoso Junior em 11 de março de 1871. APES G¹ 982.

Tendo como referência este ofício, pode-se observar uma ação no âmbito docente. Não nos referimos a uma atividade praticada necessariamente dentro da sala de aula, mas sim a um ato diretamente ligado à profissão. Ou



seja, os professores eram nomeados substitutos para exercer o ofício docente em cadeiras de primeiras letras, demonstrando um processo de organização da Instrução Pública e, ao mesmo tempo de estratificação e valorização da profissão, pois claramente colocava-se à disposição dos que se interessassem em exercer o magistério a possibilidade de galgar posições na carreira.

Entretanto, de acordo com Nunes (1984), nos fins do século XIX, a situação da educação brasileira era realmente complicada, com o atraso do salário dos professores e o não pagamento do aluguel das casas de ensino, levando-os ao não cumprimento de suas obrigações; falta de materiais adequados etc. Isso influenciou muito no cotidiano docente e se refletiu em um número considerável de ofícios que pedem que o Estado pague seus vencimentos e outros relativos ao pagamento do aluguel das casas. A obrigação do poder público pode ser comprovada através dos jornais, como descrito: “Despacho para a câmara municipal de Maruim solicitando o pagamento do aluguel da casa onde mora e funciona a aula do professor público Plínio José dos Santos desde 16 de junho de 1869 a 16 de junho de 1871 conforme sua solicitação” (Fonte: Jornal do Aracaju, ano III, Sergipe, quarta-feira, 6 de dezembro de 1871. p. 3, col. 1). Mas,

[...] ainda que houvesse dispêndio de verba destinada ao pagamento dos aluguéis das casas escolares, o governo poupava dinheiro com a organização administrativa, a limpeza, a disciplina e o tratamento dos alunos doentes. Atividades mais facilmente realizadas pelos professores e seus familiares. Portanto, a escola deveria ser uma extensão da casa do mestre e, os alunos, uma extensão de sua família, devendo ser tratados e educados como filhos. Assim, estava claro que suas funções e as do estabelecimento, não se limitavam à instrução, mas organização e administração do mesmo, mantendo a disciplina e o asseio, o trato das enfermidades, a proteção e educação dos alunos (SCHUELER, 2007, p. 53).

Quanto ao atraso dos salários, é possível inferir a dificuldade para exercer a profissão docente sem ter a segurança de receber o retorno monetário esperado. Assim, no início da década de 1870, buscava-se a solução de problemas que surgiam durante o processo de organização do ensino elementar. Temas como direitos e obrigações dos professores e os salários a eles pagos, dentre outros, permearam as fontes analisadas. Quanto

ao último, destaca-se o ofício enviado pelo diretor da Instrução Pública, Manuel Luís, ao Presidente da Província, Francisco Cardoso Junior (Quadro 2).

Quadro 2: ofício enviado por Manuel Luís Azevedo d'Araujo

Ilmo. Exmo. Sen^{or}

Queixando-se – me o professor contractado do povoado da Mussuca, Leonidio Ramos Leite, de não haver até o presente recebido seus vencimentos não obstante ter estado na efectiva regência de sua cadeira desde o dia 23 de Outubro ultimo, segundo communicou-me e eu tive a honra de dar parte a V. Excia.

Não havendo rasão alguma para que esse professor esteha sofrendo semelhante detrimento, e sendo aliás, bem fundada a sua reclamação, venho pedir a V. Excia auctorisar a Thesouraria a mandar satisfaze-lo, como é de lei, pelos cofres da Exactoria de Laranjeiras, temo a que pertence aquelle povoado.

Deus guarde a V. Excia

Directoria da Instrucção publica de Sergipe, em 23 de Janeiro de 1871.

Ilm^o Exm^o Sr. Dr. Francisco J. Cardoso Jr.

D. Presidente d'esta provincia

O diretor da Instrucção
Manuel Luís Azevedo d' Araujo

Fonte: Ofício enviado pelo diretor da instrução Manuel Luís Azevedo d' Araujo ao Presidente da Província de Sergipe Francisco José Cardoso Junior em 23 de Janeiro de 1871. APES G¹ 982.

Outro ponto que devemos perceber é o fato de que a mulher, já naquele período, ocupava uma boa parte das cadeiras de primeiras letras, assim como mencionado por Valença (2007). Da mesma maneira, Nunes (1984) ressalta o processo de feminização do magistério:

Escapam, também, às estatísticas, as pessoas, principalmente mulheres, responsáveis pela alfabetização de grande número de crianças nas casas-grandes e fazendas, como agregadas à sociedade patriarcal dominante. Presas a essa estrutura social por laços consanguíneos ou de clientela, só a partir dos meados do século XIX começarão a transformar-se em assalariadas. (NUNES, 1984, p. 35).

Podemos observar que o papel da mulher começava a deixar de ser apenas doméstico e passava a ser, reconhecidamente, de cunho profissional. Assim sendo, as mulheres começaram a ocupar as vagas no cenário do ensino primário.

Entretanto, o fato de estar em uma Cadeira de primeiras letras em uma determinada localidade não significava inamovibilidade, pois acontecia de os

professores serem removidos para outras cadeiras, como é possível ver no ofício abaixo:

Quadro 3: ofício enviado pelo Vigário José Luís d’Asevêdo

Nº106

Ilmo. Exmo. Sen^{or}

Communico a V. Excia para seu conhecimento e fins convenientes, que a professora pública D. Donata Maria do Espírito Santo Silva, removida da cadeira de 1^{as} letras de 3^a classe da vila nova para a 1^a de igual ensino de 2^a classe da cidade de Maroim, entrou no exercício de seu magistério no dia 10 do corrente.

Deus guarde a V. Excia
Directoria da instrução Pública de Sergipe, em 17 de março de 1871.
Ilmo. E Exmo. Sen^{or} Doutor Francisco José Cardoso Jr.
D. Presidente desta província.

Vigário José Luís d’Asevêdo

Fonte: Ofício enviado pelo Vigário José Luís d’Asevedo ao Presidente da Província de Sergipe Francisco José Cardoso Junior, em 17 de março de 1871. APES G¹ 982

A remoção de Cadeiras também era outro fator constante no ensino de primeiras letras. Elas eram criadas e suprimidas de acordo com a necessidade da localidade e do número de alunos, portanto, os professores estavam sujeitos a remanejamento das aulas e, conseqüentemente, da sua moradia, tendo em vista que as aulas eram ministradas nas casas em que eles moravam (SANTANA, 2015).

Concomitantemente a essas questões de cunho prático, outras discussões permeavam o cenário educacional sergipano a exemplo da necessidade de formação específica para o ensino de primeiras letras em Escolas Normais (NUNES, 1984; SIQUEIRA, 2006; AMORIM, 2013; VALENÇA, 2005).

3 PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE: ESCOLA NORMAL

A justificativa para a criação das Escolas Normais era a de que os antigos mestre-escolas, professores da época, não estavam preparados para a prática docente. Desta forma, os estabelecimentos preparatórios serviriam como referência de normalização das práticas educativas, formação e instrução profissional de novos mestres além de propor, através de concursos públicos, a melhoria do preparo de pessoas consideradas aptas ao magistério. A primeira



Escola Normal do Brasil se localizou no estado do Rio de Janeiro, na cidade de Niterói, no ano de 1835; na Bahia foi criada em 1836 e depois Ceará, no ano de 1845.

Em Minas Gerais, mais especificamente em Ouro Preto, o discurso sobre a necessidade de formação dos professores primários encontrou a Escola Normal como principal estratégia e espaço de produção e de estabilização da profissão docente desde a primeira metade do XIX. Assim, para se tornar professor, o candidato deveria “[...] frequentar a Escola Normal, dominar os conhecimentos exigidos na Lei e os métodos de ensino, além de ter a moral exemplar, de encarar a profissão como um sacerdócio e de ter uma sólida formação religiosa” (ROSA, 2004, p. 13).

Na verdade, o direito legal de criar esse tipo de instituição foi uma das consequências do Ato Adicional de 1834 que descentralizou o ensino passando para as Províncias a prerrogativa de promover a educação primária e secundária. A partir daquele ano, estabeleceram-se as primeiras Escolas Normais⁵ no Brasil.

Na Província de Sergipe, depois de algumas tentativas, foi criada, na década de 70, a primeira Escola Normal. E, através do regulamento de 24 de Outubro de 1871, foram introduzidos o Curso Normal e o de Humanidade; ambos funcionavam no Atheneu (mas somente para o sexo masculino).

Em sua maioria, as instituições nasceram para atender alunos homens, e depois foram sendo ocupadas por meninas e jovens, ou em instituições congêneres ou mesmo em turnos diferenciados na mesma sede. No final do século XIX, a frequência feminina era majoritária na maioria das instituições. A criação de cursos normais em Liceus ou Ateneus, portanto agregada à formação secundária, também foi uma característica recorrente. O mesmo ocorre com o fechamento e a reabertura sucessiva de instituições voltadas para a preparação ao magistério. (ARAÚJO; FREITAS; LOPES, 2008, p. 12).

⁵ No que diz respeito à criação e funcionamento de Escolas Normais no Brasil, Veiga (2007) chama a atenção para o fato de que há uma discrepância entre a criação em lei e o efetivo funcionamento dessas instituições. Exemplos disso são as escolas de “[...] Niterói, 1835 (1835); Minas Gerais, 1835 (1840); Bahia, 1836 (1841); São Paulo, 1846 (1846); Pernambuco e Piauí, 1864 (1865); Alagoas, 1864 (1869); Rio Grande do Sul, 1869 (1869); Pará, 1870 (1871); Sergipe, 1870 (1871); Amazonas, 1872 (1872); Espírito Santo, 1873 (1873); Rio Grande do Norte, 1873 (1874); Mato Grosso, 1874 (1874); Paraná, 1876 (1876); Santa Catarina, 1876 (1880); Ceará, 1880 (1884); Goiás, 1882 (1884); Paraíba, 1884 (1885)” (VEIGA, 2007, p. 166). O ano entre parênteses representa o da inauguração da escola.

A educação, na realidade, diferenciava-se nos seus objetivos. E a diferenciação é notável quando vemos que o curso masculino (1871) vem primeiro que o feminino, que em Sergipe só aparece no ano de 1877 e se instalou no Asilo Nossa Senhora da Pureza (VALENÇA, 2005). Observa-se que a intenção era preparar o homem para as tarefas relacionadas à produção e a mulher para o serviço doméstico e o cuidado com o seu marido e filhos. Muitas vezes, a mulher dava aulas que não chegavam nem a uma hora e a finalizava, pois tinha marido e filhos para cuidar. A sociedade, direta ou indiretamente, dependia dos cuidados da mulher.

O Presidente da Província sergipana, João Pereira de Araújo Pinho (1876-1877), ao observar que a Escola Normal masculina não conseguia atrair alunos, não cumprindo o seu objetivo, através do Regulamento de janeiro de 1877, reformou o ensino público e criou uma Escola Normal feminina, no Asilo N. S. da Pureza que receberia alunas externas, bem como atenderia às asiladas. Elas aprenderiam a fazer flores, costurar, bordar, os ensinamentos morais e cristãos, além das chamadas prendas domésticas, pois, “Entre as possibilidades de trabalho estavam o ofício de empregada doméstica e o de professora [...]” (VEIGA, 2007, p. 163). O objetivo era prepará-las para um possível casamento ou para dar a elas a possibilidade de se sustentarem.

Porém, “à medida que o final do século XIX se aproximava, essas primeiras normalistas órfãs perderam espaço para moças de família mais abastadas, ao mesmo tempo em que o trabalho do magistério primário se caracterizava como inerente às qualidades femininas” (FREITAS; NASCIMENTO, 2008, p. 169).

No entanto, no início da década de 70 dos oitocentos, os homens é que tinham a primazia na formação para professores, como o descrito no ofício abaixo, sendo um requerimento para que o professor ingressasse na Escola Normal.

Quadro 4: ofício enviado por Manoel Luiz Azevedo d'Araujo

Ilmº e Exmo. Snrº

A' V.Excia endereço a petição do professor adjunto a' da aula do ensino elementar d'esta Capital, Antonio Jose Texeira Fontes, requerendo licença para cursar as aulas da Eschola Normal do Atheneu Sergipense, e a seu respeito reportando-me a' informação dada sobre a pretensão do adjunto companheiro, Manoel Dias Ferreira Lima, concluo pedindo a' V.Excia para mandar o que for mais legitimo e conveniente aos interesses da instruccção.

Deus Guarde a V.Excia
Directoria da Inatruccção Publica de Sergipe em 20 de Janeiro de 1871
Ilmº e Exmo. Srnº Doutor Francisco Jose Cardoso Junior
M.D Presidente d'esta Provincia

O Director interno
Manoel Luiz Azevedo d'Araujo

Fonte: Ofício enviado pelo Diretor inteirinho, Manoel José Luís d'Azevedo, ao Presidente da Província de Sergipe Francisco José Cardoso Junior em 20 de Janeiro de 1871.

É a partir deste ângulo que a Escola Normal é institucionalizada. Nesse sentido, ela se tornaria responsável por ampliar e orientar a maneira de o professor primário lecionar. Assim, é possível pensar nos professores primários do século XIX, como um grupo em processo de socialização e incorporação de estruturas imanentes de um campo específico, organizando tanto a percepção como a ação deles no mundo, constituindo o seu *habitus* profissional (BOURDIEU, 1996). Quanto ao ensino nas Escolas de Primeiras Letras, Amorim (2012) afirma que:

Nas escolas de Primeiras Letras os professores ensinariam, além de ler e escrever, as quatro operações de Aritmética, práticas de quebrados, decimais e proporções, noções mais gerais de Geometria prática, Gramática da Língua Nacional, Princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica apostólica romana, proporcionais à compreensão dos meninos. Para as leituras seriam utilizadas a Constituição de Império e a História do Brasil. (p. 33)

Dessa mesma forma, a aprendizagem de todas as matérias importantes da época estava vinculada às perspectivas das elites e às tradições do Império. Além disso, de maneira geral, os conhecimentos pensados no século XIX, para a Instrução Primária no processo de implantação de escolas públicas tinham como meta a difusão e unificação da língua nacional. É significativo mencionar

que o grau de civilidade de uma nação passa pela unificação e padronização da língua, dando a ela dignidade, prestígio e estabilidade (BURKE, 2010).

Para o Estado Imperial era preciso haver uma unificação da língua, moeda, vestuário, pesos e medidas, regras de convívio social para que a unificação territorial se efetivasse os brasileiros fossem vistos e se vissem como tais. Assim, foi dada à escola essa função unificadora e sua ferramenta era a disciplina (GONDRA; SCHUELER, 2003, 12).

A Escola Normal tomava um espaço de importância maior, já que ela propiciava àqueles que cursavam a profissionalização de sua função, neste caso, docente trazendo para os professores uma representação de indivíduos que seriam responsáveis, inicialmente por tirar as crianças das ruas, dando-lhes ocupação através das aulas, bem como por fazer germinar e espalhar a instrução entre o povo brasileiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa pesquisa foi possível observar a figura do professor, seus modos de atuação e condições de trabalho, permitindo visualizar as convergências, de modo a enfatizar as singularidades que a história da constituição do campo educacional assumiu entre nós, salientando a representação do que significava ser um professor de primeiras letras durante o período estudado. É nesse sentido que se coloca a importância dos estudos na história da profissão docente.

A maneira como o indivíduo é visto dentro de sua comunidade ou mesmo como ela o percebe interfere nas ações por ele realizadas, pois disso depende o seu ser social. É a maneira de ser percebido, ou seja, a representação que ele quer ter que define a afirmação ou a negação de como ele é visto. Assim, pode-se inferir que existe a forma como o indivíduo é visto e que marca a maneira como ele pretende ser visto, como ele incorpora as maneiras de ver na sua própria comunidade (CHARTIER, 2002).

Nesse texto, houve a demonstração das experiências e das histórias dos professores primários sob a perspectiva daqueles sujeitos, homens e mulheres, que as construíram, as representaram e as experimentaram, como partes

integrantes de suas vidas, no momento em que exerceram escolhas, trilhando determinados caminhos profissionais e, assim, aqueles indivíduos constituíram, e transformaram a profissão docente, no complexo processo de constituição de um sistema escolar na Corte.

A incorporação de novos *habitus* é uma preparação para a escola que dará continuidade ao processo de adestramento, impondo, como se fosse natural, novas regras e comportamentos aos indivíduos, no caso das aulas de Primeiras Letras, às crianças. Ressalta-se a dimensão da criação de uma representação pretendida para os professores na qual todos estão naturalmente imbricados: família, escola e sociedade com o objetivo de alcançar o desenvolvimento e o progresso social.

Nesse sentido, as mudanças ocorridas nas formas de organização e no uso do tempo escolar, têm estreita relação com o desenvolvimento dos métodos e materiais pedagógicos utilizados e com os espaços pedagógicos para colocar em prática as inovações propostas.

As professoras primárias contribuíram, não somente para a formação, mas também para a construção e a elaboração de representações diversas sobre as funções, as diferenciações, as desigualdades e as hierarquias existentes entre os homens e as mulheres naquele contexto. Desse modo, contribuíram tanto para a reconfiguração quanto para o tensionamento das relações sociais na sua sociedade, na medida em que vivenciaram múltiplas trajetórias e experimentaram práticas diversas de escolarização e de educação como docentes das escolas públicas primárias da cidade.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Simone Silveira. **Configuração do trabalho docente: a instrução primária em Sergipe no século XIX (1826-1889)**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio, de Pádua Carvalho. À guisa de um inventário sobre as Escolas Normais no Brasil: o movimento histórico-educacional nas unidades provinciais/federativas (1835-1960). In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio, de Pádua



Carvalho (Orgs). **As escolas normais no Brasil: do Império à República.** Campinas: Alínea, 2008. p. 11-27.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas.** São Paulo: Editora brasiliense, 1990.

_____. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. São Paulo: Papius, 1996.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

_____. **Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia:** a história entre incertezas e quietudes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

FREITAS, Marcos Cezar de. & KUHLMANN JR., Moysés (Orgs.). **Os Intelectuais na história da infância.** 2002. São Paulo: Cortez (p. 11-60).

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; NASCIMENTO, Jorge Carvalho. As escolas normais da Província: a organização do ensino normal em Sergipe durante o século XIX. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio, de Pádua Carvalho (Orgs.). **As escolas normais no Brasil: do Império à República.** Campinas: Alínea, 2008. p. 163-175.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2008.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **A cultura ocultada ou a influência alemã na cultura brasileira durante a segunda metade do século XIX.** Londrina: Editora UEL, 1999.

NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe: Universidade Federal de Sergipe. 1984.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. **Cadernos ANPED.** Belo Horizonte (5), 1993. p. 7-64.

ROSA, Walquíria Miranda. Representações da profissão docente em Minas Gerais (1825-1852). In: GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; VAGO, Tarcísio Mauro (Orgs). **Histórias da Educação**: histórias de escolarização. Belo Horizonte: Edições Horta Grande. 2004. p. 11-22.

SANTANA, Leyla Menezes de. **Os professores primários em Sergipe**: rupturas e permanências no ofício docente (1827-1838). 2015. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2015.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. **Culturas escolares e experiências docentes na cidade do Rio de Janeiro (1854-1889)**. 216f. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - 2007.

SIQUEIRA, Luís. **De la Salle a Lancaster**: os métodos de ensino na escola de primeiras letras. 2006. 227f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Método Intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa; ALMEIDA, Jane Soares. **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: UNESP – Faculdade de Ciências e Letras, 1998. p. 63-106.

VALENÇA, Cristina de Almeida. **Entre Livros e Agulhas**: representações da cultura escolar feminina na Escola Normal em Aracaju (1871-1931). Nossa Gráfica. Aracaju/SE, 2005.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os seus mestres**: a educação no Brasil de oitocentos. Rio de Janeiro: Gryphus, 2003.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

Ofícios

Ofício enviado pelo Vigário José Luís d’Asevedo ao Presidente da Província de Sergipe Francisco José Cardoso Junior em 11 de março de 1871. APES G¹ 982.

Ofício enviado pelo diretor da instrução Manuel Luís Azevedo d' Araujo ao Presidente da Província de Sergipe Francisco José Cardoso Junior em 23 de Janeiro de 1871. APES G¹ 982.

Ofício enviado pelo Vigário José Luís d'Asevedo ao Presidente da Província de Sergipe Francisco José Cardoso Junior, em 17 de março de 1871. APES G¹ 982

Ofício enviado pelo Diretor inteirinho, Manoel José Luís d'Asevedo, ao Presidente da Província de Sergipe Francisco José Cardoso Junior em 20 de Janeiro de 1871.

Jornais

Jornal do Aracaju, 6 de dezembro de 1871.

